

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	15
APRESENTAÇÃO	17

PARTE I: FUNDAMENTOS E CONTEXTO DA ATIVIDADE E CONTABILIDADE RURAL	26
---	-----------

1 INTRODUÇÃO AO AGRONEGÓCIO E SUAS PECULIARIDADES	27
1.1 Agronegócio: a origem do termo	27
1.2 Conceito de agronegócio	27
1.3 Conceito de agroindústria e seus tipos	27
1.3.1 Tipos de agroindústria	28
1.4 A importância do agronegócio para a economia nacional	30
1.5 Definição e escopo da atividade rural	32
1.5.1 O que não é atividade rural – IN (SRF) 83/2001, art. 4º	34
1.6 Peculiaridades da atividade rural	36
1.7 Principais segmentos e interações na cadeia produtiva do agronegócio	39
2 DEFINIÇÃO, EVOLUÇÃO E ESTRUTURA REGULATÓRIA DA CONTABILIDADE RURAL	43
2.1 Definição e escopo da contabilidade rural	43
2.1.1 Aplicabilidade do conceito à contabilidade rural	44
2.2 Particularidades da atividade rural e impactos no processo decisório	45
2.2.1 Fatores econômicos e a cadeia produtiva	45
2.2.2 Necessidade de eficiência e o papel estratégico da contabilidade	46
2.3 Evolução histórica da contabilidade e no setor agropecuário	46
2.4 A contabilidade aplicada à atividade rural	49
2.5 Estrutura legal e regulatória geral	50
2.5.1 Legislação aplicada às atividades rurais (Estatuto da Terra, Código Civil)	50
2.5.2 Legislação específica da Contabilidade Rural (Convergência IFRS, CPC, NBCs)	53
2.5.3 A base normativa brasileira e o papel do CPC	54
2.6 Detalhamento das principais Normas Contábeis (CPCs) com impacto no Agronegócio	55
2.6.1 CPC 29 (IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola	55
2.6.2 CPC 27 (IAS 16) – Ativo imobilizado: terras, benfeitorias, máquinas e equipamentos	60
2.6.3 CPC 16 (IAS 2) – Estoques: produtos agrícolas colhidos, pecuários abatidos e insumos.	65
2.6.4 CPC 06 R2 (IFRS 16) – Arrendamentos: contabilização de contratos rurais, em especial arrendamento rural e parceria rural.	71
2.6.5 CPC 25 (IAS 37) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	77

3	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS	81
3.1	Formas Jurídicas e de Associação na Atividade Rural (Parceria, Arrendamento, Condomínio, Comodato, Consórcio, Cooperativas)	82
3.1.1	Parceria Rural	82
3.1.2	Arrendamento Rural	84
3.1.3	Condomínio Rural	92
3.1.4	Comodato Rural	93
3.1.5	Consórcio Simplificado de Produtores Rurais	94
3.1.6	Cooperativa de produção rural	96
3.1.7	Cooperativa de produtores rurais	96
3.1.8	Proprietário investidor	96
3.2	Características do Produtor Rural (Pessoa Física, Pessoa Jurídica, CNPJ Rural)	96
3.2.1	Produtor rural pessoa física	97
3.2.2	Produtor rural pessoa jurídica	99
3.2.3	CNPJ Rural	100
3.3	Contratos comerciais e empresariais no agronegócio	101
	PARTE II PRÁTICAS CONTÁBEIS ESSENCIAIS E REGISTROS ESPECÍFICOS	104
1	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ESSENCIAIS	105
1.1	Balanco Patrimonial (BP): Estrutura e Particularidades do Setor	105
1.1.1	Ativo	105
1.1.2	Passivo	109
1.1.3	Patrimônio Líquido (PL)	111
1.1.4	Componentes do PL	111
1.1.5	Circulante e Não circulante	114
1.1.6	Modelo Simplificado do Balanco Patrimonial (BP) para entidades rurais	114
1.2	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Apuração do Resultado	117
1.2.1	Mudanças introduzidas na DRE através do CPC 51 (IFRS 18)	122
1.3	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): Importância e Elaboração no Contexto Rural	124
1.3.1	Atividades Operacionais	125
1.3.2	Atividades de Investimentos	125
1.3.3	Atividades de Financiamentos	126
1.3.4	Método Direto	126
1.3.5	Método Indireto	127
1.3.6	Diferenças Direto x Indireto	128
1.4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	128
1.4.1	Modelo simplificado da DMPL	130
1.5	DVA – Demonstração de Valores Adicionados	131
1.5.1	Modelo I simplificado da DVA	132
1.5.2	Exemplo da DVA (método tradicional conforme Lei n° 6.404/1976)	133
1.5.3	Exemplo da DVA conforme CPC 09	134
1.6	Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA)	134
1.6.1	Alguns exemplos de resultados abrangentes como respectivos CPCs	135

1.6.2	Modelo simplificado da DRA	136
1.7	Notas Explicativas: Divulgações Específicas para a Atividade Rural	136
1.8	Demonstrações contábeis conforme o CPC 51	138
2	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE GASTOS E MENSURAÇÃO	141
2.1	Gastos na Atividade Rural: Despesas, Custos, Investimentos e Perdas	141
2.1.1	Gastos – Despesas x custos x investimentos x perdas	142
2.1.2	Gastos fixos x Gastos Variáveis	148
2.1.3	Custos Diretos x Custos Indiretos	150
2.2	Métodos de Custeio	150
2.2.1	Custeio por absorção	150
2.2.2	Custeio Variável	151
2.3	Métodos de inventário	151
2.3.1	Inventário Periódico	151
2.3.2	Inventário permanente	151
2.4	Métodos de Mensuração: Custo vs. Valor Justo	152
2.4.1	Método de custo	153
2.4.2	Método do valor justo	153
2.4.3	Métodos de mensuração do valor justo	154
2.5	Regimes de Contabilização: Caixa vs. Competência	157
2.5.1	Regime de Caixa	157
2.5.2	Regime de Competência	158
2.5.3	Receitas sob o Regime de Competência	159
2.5.4	Despesas sob o Regime de Competência	160
2.5.5	Situações possíveis considerando o Regime de Competência	161
2.6	Exercício social x Ciclo operacional	169
3	DETALHES CONTÁBEIS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA	171
3.1	Atividade Agrícola	171
3.2	Encerramento do exercício agrícola	172
3.3	Contabilização de Ativos Biológicos Agrícolas (Consumíveis e de Produção) (CPC29)	174
3.3.1	Mensuração e Reconhecimento	174
3.3.2	Escrituração	174
3.4	Contabilização de Produtos Agrícolas Pós-Colheita	175
3.4.1	Transição	175
3.4.2	Escrituração	175
3.5	Contabilização de Plantas Portadoras (CPC27)	176
3.5.1	Escrituração	176
3.6	Contabilização de Insumos e Matérias-Primas	176
3.7	Gastos com armazenagem	177
3.8	Depreciação e exaustão nas atividades agrícolas	177
3.8.1	Depreciação	177
3.8.2	Exaustão	181
3.9	Proposta de Plano de Contas Agrícola	182
3.10	Conceito de ativos biológicos consumíveis e de produção	186
3.10.1	Cultura de Consumíveis (ou temporária)	186
3.10.2	Cultura de produção (ou permanente)	192

4	ATIVIDADE PECUÁRIA	203
4.1	Modalidades de produção da pecuária: extensiva ou intensiva	204
4.1.1	Sistema extensivo	204
4.1.2	Sistema semi-intensivo	205
4.1.3	Sistema intensivo	206
4.2	Tipos de pastos	207
4.3	Tipo de Pastoreio	208
4.4	Índices para monitorar o tamanho de rebanho leiteiro	209
4.5	Classificação do gado no balanço patrimonial	210
4.5.1	Classificação do rebanho conforme Parecer Normativo nº 57 de 1976	214
4.6	Contabilização do rebanho de corte	217
4.6.1	Proposta de Plano de Contas – Pecuária de Corte	219
4.6.2	Exemplo 1 – Transferência de novilha(o) para reprodução	220
4.6.3	Exemplo 2 – Rebanho de corte pelo método de custo	221
4.6.4	Exemplo 3 – Rebanho de corte pelo método do valor justo	224
4.7	Contabilização do rebanho leiteiro	227
4.7.1	Proposta de Plano de Contas – Pecuária leiteira	229
4.8	Depreciação na atividade pecuária	230
4.9	Exaustão na atividade pecuária	234

PARTE III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FERRAMENTAS GERENCIAIS **236**

1	GESTÃO FINANCEIRA E ANÁLISE PARA TOMADA DE DECISÃO	237
1.1	Orçamento e Planejamento Financeiro para Atividades Rurais	237
1.1.1	Orçamento e planejamento financeiro	237
1.1.2	A importância do orçamento e planejamento financeiros na atividade rural	238
1.1.3	Metodologia para Elaboração do Orçamento Rural	239
1.1.4	Monitoramento e Revisão Contínua	241
1.1.5	Estudos de Caso e Aplicações Práticas	241
1.1.6	Conclusão	242
2	GESTÃO DO FLUXO DE CAIXA RURAL	243
2.1	Definição e componentes do fluxo de caixa	243
2.2	Peculiaridades do fluxo de caixa rural	244
2.3	Importância da Gestão do Fluxo de Caixa para a Atividade Rural	245
2.3.1	Garantia de Liquidez e Solvência	245
2.3.2	Suporte à Tomada de Decisões Estratégicas	246
2.3.3	Otimização do Uso de Recursos e Redução de Desperdícios	246
2.3.4	Monitoramento da Saúde Financeira e Mitigação de Riscos	246
2.4	Metodologia para Elaboração e Gestão do Fluxo de Caixa Rural	247
2.4.1	Registro Detalhado de todas as Movimentações	247
2.4.2	Projeção de Fluxo de Caixa	247
2.4.3	Análise e Monitoramento Contínuo	248
2.5	Estratégias para otimização do Fluxo de Caixa Rural	248
2.5.1	Diversificação de Receitas	248
2.5.2	Gestão de Contas a Receber e a Pagar	248
2.5.3	Controle Rigoroso de Custos e Despesas	249

2.5.4	Acesso a Linhas de Crédito e Financiamentos	249
2.5.5	Formação de Reservas e Capital de Giro	249
2.6	Capital de Giro no Agronegócio	249
2.6.1	Necessidade de capital de giro (NCG)	250
2.7	Análise de Viabilidade Econômica de Projetos de Investimento Rurais	251
2.7.1	Fundamentos da Análise de Projetos de Investimento	252
2.8	A Especificidade dos Projetos Rurais	254
2.8.1	Fatores de Risco Intrínsecos	254
2.8.2	Ciclos de Produção e Temporalidade dos Retornos	255
2.8.3	Capacidade Produtiva e Tecnológica	255
2.8.4	Metodologias e Indicadores de Viabilidade Econômica	255
2.8.5	Critérios de Análise de Investimento	256
2.8.6	Análise Custo-Benefício	257
2.9	Análise de Sensibilidade e Risco	257
2.9.1	Análise de Cenários	257
2.9.2	Análise de Ponto de Equilíbrio	258
2.9.3	Simulações (Exemplo: Monte Carlo)	258
2.10	Aspectos Adicionais e Considerações Finais	258
2.10.1	Fontes de Financiamento	258
2.10.2	Sustentabilidade e Impacto Social	259
2.10.3	Monitoramento e Avaliação Pós-Implementação	259
2.10.4	Conclusão	259
2.11	Acesso a Crédito Rural e Financiamentos	260
2.11.1	Fundos Estaduais de Contribuição do agronegócio – Estrutura e funcionamento	260
2.11.2	Impacto dos fundos estaduais para o agronegócio	264
2.11.3	Sistema de financiamento público e privado	266
2.11.4	Instrumentos de financiamento do Crédito Rural	268
2.11.5	Modalidades de crédito oferecidas pelo Governo Federal	271
2.11.6	Títulos de Crédito do agronegócio	273
2.12	Análise das Demonstrações Contábeis Rurais (Indicadores e Análise Horizontal e Vertical)	277
2.12.1	Processo de Padronização das Demonstrações Contábeis	279
2.12.2	Análise Horizontal (AH) e Análise Vertical (AV)	283
2.12.3	Análise de Endividamento (estrutura de capitais)	287
2.12.4	Análises de Liquidez	297
2.12.5	Ponto de equilíbrio (PE)	305
3	GESTÃO DE RISCOS E SEGUROS NO AGRONEGÓCIO	309
3.1	Identificação e Mensuração de Riscos Específicos (Climáticos, Mercado, Biológicos)	309
3.1.1	Riscos Climáticos na Agropecuária	309
3.1.2	Riscos de Mercado na Agropecuária	310
3.1.3	Riscos Biológicos na Agropecuária	312
3.2	Instrumentos de Mitigação de Riscos Rurais	313
3.2.1	Seguros Rurais: a Rede de Segurança no Campo	313
3.2.2	Derivativos: Proteção contra a Volatilidade de Mercado	315
3.3	Contabilização e Divulgação de Instrumentos de Hedge no Agronegócio	316
3.3.1	A Essência da Contabilidade de Hedge	317

3.3.2	Normas Contábeis Aplicáveis: CPC 48 e IFRS 9	317
3.3.3	Instrumentos de Hedge no Agronegócio	318
3.3.4	Desafios e Considerações para o Agronegócio	319
3.3.5	Requisitos de Divulgação e Transparência	320

PARTE IV: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS E LEGAIS ESPECÍFICOS DA ATIVIDADE RURAL **322**

1 PRINCIPAIS TRIBUTOS **323**

1.1 PIS/COFINS: Estrutura, Funcionamento e Implicações no Agronegócio **323**

1.1.1	COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	324
1.1.2	PIS – Programa de integração social	325
1.1.3	Créditos do PIS/COFINS no agronegócio	331

1.2 ICMS: Aspectos Gerais, Não Cumulatividade, ST e Convênios Relevantes **334**

1.2.1	ICMS – Princípios da não cumulatividade, seletividade e substituição tributária	335
1.2.2	Créditos do IBS	339
1.2.3	Outras características tributárias do ICMS	340

1.3 ITR: Imposto Territorial Rural **345**

1.3.1	ITR – Aspectos Gerais	345
-------	-----------------------	-----

2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS **351**

2.1 Estrutura e funcionamento das contribuições previdenciárias **351**

2.1.1	Segurado especial – Conceito	351
2.1.2	Produtor rural pessoa física contribuinte individual – Conceito	353
2.1.3	Consórcio simplificado de produtores rurais – pessoas físicas – Conceito	355
2.1.4	Produtor rural – pessoa jurídica – Conceito	355
2.1.5	Agroindústrias – Conceito	357
2.1.6	Cooperativas de produtores rurais – Conceito	359
2.1.7	Empresas rurais optantes pelo “Simples” – Conceito	359
2.1.8	FUNRURAL – Fundo de assistência ao trabalhador rural ou CPP – Contribuição previdenciária patronal rural	361
2.1.9	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	362
2.1.10	SENAI – Serviço Nacional de aprendizagem industrial	363
2.1.11	SESI – Serviço Social da Indústria	364
2.1.12	SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	365
2.1.13	SESC – Serviço Social do Comércio	365
2.1.14	SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	365
2.1.15	SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	366
2.1.16	RAT, RAT Ajustado, FAP e GILRAT	366

3 TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA (IRPF E IRPJ/CSLL) E SIMPLES NACIONAL **369**

3.1 Princípios básicos do Imposto de Renda **369**

3.1.1	Exemplo de cálculo do IRPF no Lucro Real e no Lucro Presumido	371
-------	---	-----

4 TRIBUTOS SOBRE IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO (II, IE, DRAWBACK) **373**

4.1 Imposto de Importação (II) **373**

4.1.1	Imposto de Importação (II) – Disposições gerais	373
4.1.2	Imposto de importação (II) – Alíquota e taxa de câmbio	374
4.2	Imposto sobre Exportação (IE)	374
4.2.1	Imposto sobre exportação (IE) – Disposições gerais	374
4.2.2	Imposto sobre exportação (IE) – Alíquota e base de cálculo	375
4.3	Drawback na importação de insumos	375
4.3.1	Definição de Drawback	375
4.3.2	Uso do Drawback no agronegócio	376
4.3.3	Tributos isentos ou suspensos através do Drawback	376
4.3.4	Modalidades de Drawback	376
4.3.5	Drawback na importação de insumos	377
5	LIVRO-CAIXA DA ATIVIDADE RURAL (LCDPR)	379
5.1	Obrigatoriedade e Base Legal (IN RFB nº 1.848/2018)	379
5.1.1	Obrigatoriedade do LCDPR	379
5.1.2	Base Legal	379
5.2	Estrutura e Regras de Preenchimento do LCDPR	380
5.2.1	Estrutura Básica (Conforme layout do LCDPR na IN RFB nº 1.974/2020):	380
5.2.2	Regras de Preenchimento:	381
5.3	Relação entre o LCDPR e a Contabilidade Formal	382
PARTE V: SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E PERSPECTIVAS NO AGRONEGÓCIO		384
1	PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO	385
1.1	Princípios de Sustentabilidade no agronegócio	385
1.2	ESG (<i>Environmental, Social, Governance</i>) no Agronegócio	393
1.2.1	Conceitos e Importância	393
1.2.2	Benefícios ao Agronegócio	396
2	MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL: CRÉDITOS DE CARBONO E PSA	397
2.1	Crédito de Carbono	397
2.2	Gases de efeito estufa (GEE) e o Agronegócio	398
2.3	PSA – Pagamento por Serviços Ambientais	399
2.4	Políticas e Incentivos Fiscais para Sustentabilidade	401
2.4.1	RenovAgro (Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis)	401
2.4.2	Inovagro – Programa de incentivo à Inovação Tecnológica na produção agropecuária	402
2.4.3	Moderagro – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais	402
3	TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO AGRONEGÓCIO	403
3.1	Importância dos sistemas de informação no Agronegócio	404
3.2	Algumas aplicações de gestão disponíveis	404
3.3	Digitalização e Automação dos Processos Contábeis no Campo	406
3.3.1	Introdução: o contexto da Contabilidade Rural Tradicional	406
3.3.2	Digitalização dos Processos Contábeis Rurais	406

3.3.3	Automação dos Processos Contábeis Rurais	407
3.3.4	Benefícios da Digitalização e Automação	408
3.3.5	Desafios na Implementação	409
4	COMPLIANCE, AUDITORIA TRIBUTÁRIA E GESTÃO DE RISCOS FISCAIS	411
4.1	Tipificação dos Crimes contra a Ordem Tributária	411
4.2	Identificação e Gerenciamento de Malhas Fiscais (SPED)	413
4.3	Compliance e Auditoria Tributária Aplicada ao Agronegócio	416
4.3.1	Compliance – conceito básico	416
4.3.2	Compliance tributário no agronegócio	417
4.3.3	Diferenças entre Auditoria e Compliance	418
4.3.4	Auditoria tributária – conceito básico	418
4.4	Ferramentas e Estratégias para Mitigação de Riscos Fiscais (Hedge Accounting)	420
4.4.1	Hedge Accounting (Hedge agrícola)	421
	GLOSSÁRIO	425
	REFERÊNCIAS	433